

Introdução

Ao longo da história cristã, a Epístola de Paulo aos Romanos tem sido considerada, por acordo comum, o ponto culminante da Bíblia, o lugar onde todos os principais temas bíblicos são reunidos e exibidos em uma única vista panorâmica. Deus, o homem, o pecado, a graça, a lei, o juízo, o plano da salvação, a eleição, a reprovção, a função e a obra de Cristo, o ministério do Espírito Santo, a fé, as obras, a criação, a redenção, a revelação, a justificação, a santificação, a esperança cristã, a natureza da Igreja, o lugar dos judeus e dos gentios nos propósitos de Deus, a filosofia da história da Igreja e do mundo, o significado e a mensagem do Antigo Testamento, a importância do batismo, os princípios da devoção pessoal, da ética e da comunhão cristã, os perfis da piedade e da impiedade – todos estão aqui, inteiramente “conectados”, como diriam os advogados. Não é de se admirar que Calvino tenha escrito que, se alguém entender Romanos, então tem “um caminho certo aberto para um entendimento de todas as Escrituras”. Não é surpreendente que João Crisóstomo, bispo de Antioquia no século V, tenha pedido que Romanos fosse lido para ele, em voz alta, uma vez por semana.

Charles Hodge (1797-1878), o maior dos teólogos do seminário de Princeton no século XIX, começou a sua carreira de Professor de Literatura Bíblica e Oriental em 1822, tornando-se Professor de Teologia Didática e Exegética em 1840. Os títulos dos seus cargos mostram que, por mais de 50 anos, até a sua morte “em arreios”, ele teve responsabilidade por interpretar a Bíblia, e a exegese na sala de aula foi grande parte do seu cargo. Resultaram quatro exposições impressas: sobre 1Coríntios e 2Coríntios, sobre Efésios, e uma verdadeira obra-prima sobre Romanos. B. B. Warfield, o mais distinto aluno e ardente admirador de Hodge, descreveu Hodge como um professor que, com recursos linguísticos e filológicos limitados, era sem igual e fascinante

em sua capacidade para discernir e demonstrar o fluxo de um argumento, e é essa qualidade que separa *Romanos*, por Hodge, da maioria de outras exposições antes e desde então. Publicado primeiramente em 1835, sua qualidade clássica já levou a obra a ser reimpressa uma vez neste século [XX] (Eerdmans, 1951), e a presente reimpressão editada deve estender a sua utilidade.

O rigor intelectual de Hodge, como poderoso teólogo reformado empenhado em declarar e defender a sua herança dos séculos XVI e XVII, foi uma qualidade muito respeitada pelos seus contemporâneos. Todavia, o seu estilo de expressão conciso, ágil e forçoso permitiu que ele escrevesse teologia popular para a sua própria época e torna a sua análise prática de *Romanos*, com 150 anos de idade, ainda bem acessível e aceitável hoje em dia. O leitor verá que ela traz uma unção que aquece o coração, como também alcança uma precisão que elucida a mente. É mais do que um repositório de explicações a ser consultado; é uma exposição unificada de um documento teológico altamente integrado, e em algum momento deve ser lido como um todo, assim como a própria Epístola de *Romanos* deve ser lida. E não se surpreenda, se encontrar, quando fizer isso, que ler Hodge lhe fará um bem tremendo. Para ser franco, é justamente isso que eu esperaria.

J. I. Packer

Romanos 1

Versículos 1-17

1. Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo. De acordo com a forma antiga de iniciar uma carta, o apóstolo começa declarando o seu nome e ofício. Foi o seu cargo que lhe deu o direito de se dirigir aos cristãos em Roma, e em outros lugares, com aquele tom de autoridade que permeia todas as suas cartas. Falando como mensageiro de Cristo, ele falava como Cristo falava, como alguém que tinha autoridade, e não como um mestre comum.

O nome original do apóstolo era Saulo, e ele foi chamado Paulo pela primeira vez em Atos 13.9. Visto que essa mudança de nome é mencionada no parágrafo a respeito da conversão de Sérgio Paulo, procônsul de Chipre, alguns supõem que Paulo tenha tomado o nome dele como forma de elogiar esse convertido distinto. Tal suposição não parece estar de acordo com o caráter de Paulo e é, por outros motivos, menos provável do que qualquer uma das seguintes duas sugestões.

Primeiro, não era incomum um judeu mudar o seu nome como resultado de algum evento notável, como foi o caso de Abraão e Jacó (Gn 17.5; 32.28), ou quando designado a uma nova posição (Gn 41.45; Dn 1.6-7). Assim, um novo nome é, às vezes, equivalente a um novo ofício (Ap 2.17). Portanto, pode ser que o apóstolo tenha recebido o nome de Paulo quando ele foi chamado ao ofício de apóstolo. Tal suposição é sustentada pelo argumento de que ele recebeu o seu nome logo depois de começar a exercer o seu apostolado em público, como também pelo fato de Simão ser chamado de Cefas quando foi convocado a ser apóstolo (Jo 1.42), e Tiago e João serem chamados de Boanerges (Mc 3.17). Por isso, Teofilato diz que Saulo foi chamado de Paulo

a fim de que, mesmo quanto a isso, ele não ficasse para trás em relação aos mais importantes dos apóstolos.

Segundo, era muito comum os judeus que tinham contato frequente com pagãos terem dois nomes, um judeu e o outro grego ou romano. Às vezes esses nomes eram bem diferentes um do outro, como Hilel e Polião, e às vezes eram bem parecidos, como Silas e Silvano. É bem provável que esse tenha sido o caso do apóstolo. Ele era chamado de Saulo entre os judeus e de Paulo entre os gentios; e posto que ele era o apóstolo aos gentios, o segundo nome se tornou a sua designação comum. No entanto, visto que essa mudança foi feita ou anunciada num momento decisivo na vida do apóstolo (ver At 13.9), as duas explicações podem ser juntadas. “A única suposição”, diz o Dr. J. A. Alexander em seu comentário sobre Atos 13.9, “que está livre de todas essas dificuldades, e que fornece uma solução satisfatória dos fatos em questão, é que esse foi o momento determinado por autoridade divina para a manifestação de Paulo como o apóstolo aos gentios, e que essa manifestação se fez mais conspícua por sua coincidência com o triunfo dele sobre um representante do judaísmo incrédulo e apóstata, e a conversão de um representante oficial de Roma, cujo nome era idêntico ao seu próprio título apostólico.”

Ao se chamar de *servo* (escravo) **de Cristo Jesus**, é possível que ele tenha tencionado se declarar um dependente e adorador de Cristo, assim como todos os cristãos são servos de Cristo (Ef 6.6), ou expressar a sua relação oficial com a Igreja como ministro de Cristo. Essa segunda explicação é a mais provável, posto que o termo “servo do SENHOR” no Antigo Testamento é uma designação oficial comum para qualquer um que esteja servindo a Deus (Js 1.1; 24.19; Jr 29.19; Is 42.1). Além disso, no Novo Testamento encontramos o mesmo uso da palavra, não somente no início de várias das cartas (Fp 1.1: “Paulo e Timóteo, servos de Cristo Jesus”; Tg 1.1: “Tiago, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo”; 2Pe 1.1: “Simão Pedro, servo e apóstolo de Jesus Cristo”), mas também, em algumas instâncias, a palavra “servo” e a palavra “ministro” são intercambiáveis (ver Cl 1.7; 4.7,12). Portanto, é uma designação oficial geral da qual, no presente caso, **apóstolo** é a explicação específica.

Também tem sido salientado corretamente que, como a expressão **servo de Cristo** implica obediência e sujeição implícitas, ela presume a autoridade divina do Redentor. Assim, vemos o apóstolo negar que ele era servo dos homens e rejeitar toda autoridade humana em relação a questões de fé e obrigação, e, no entanto, afirmar sujeição absoluta de consciência e razão à autoridade de Jesus Cristo.